



Advogados vão à Suprema Corte em defesa de ex-criminosos sexuais

Diversos advogados se uniram, no estado de Minnesota, para defender na Suprema Corte dos EUA centenas de ex-criminosos sexuais. Em Minnesota, condenados por crimes contra a liberdade sexual, chamados no país de *sex offenders* (“criminosos sexuais” ou “predadores sexuais”), não são libertados após cumprirem suas penas.

Em vez disso, eles são transferidos para um Centro de Tratamento Seguro, que, na verdade, é uma espécie de prisão. E ficam detidos por tempo indefinido — ou seja, vão cumprir uma segunda pena restritiva de liberdade, uma espécie de prisão perpétua.

O Centro de Tratamento Seguro abriga, em duas instituições, 720 pessoas que já cumpriram suas penas, qualificando-as como “residentes”, não como “prisoneiros” — embora elas vivam em regime prisional. Desde que o programa foi criado, há 21 anos, apenas uma pessoa foi libertada (no ano passado).

Os advogados vão alegar que o “Programa para Criminosos Sexuais de Minnesota” é inconstitucional. Para eles, o programa nega aos prisioneiros alguns direitos fundamentais, como o direito ao devido processo, ao promover uma segunda “condenação” sem julgamento e sem as salvaguardas básicas do sistema de Justiça criminal.

Em 2015, o juiz federal Donovan Frank decidiu que a lei estadual que criou o programa é inconstitucional, com base nesses mesmos argumentos. Ele acrescentou que, pelo programa, os internos deveriam ser submetidos a tratamento e a avaliações semestrais ou anuais, para determinar se continuam sendo um risco à sociedade.

Mas centenas de pessoas confinadas nessas instituições jamais foram submetidas a avaliações de risco, e centenas foram avaliadas a longo prazo, de forma que a avaliação já perdeu validade. Wisconsin e Nova York têm programas semelhantes, mas as avaliações são religiosamente cumpridas.

Em sua decisão, o juiz ordenou que o estado recomece as avaliações de todos os internos imediatamente, para determinar se devem ser soltos ou transferidos para instituições de segurança mínima; comece a libertar os detidos que já não deveriam estar lá; e coloque os que não forem libertados em regimes menos restritivos. Entre os que devem ser libertados imediatamente estão uma mulher e idosos.

O governador de Minnesota Mark Dayton declarou que a decisão do juiz é totalmente inaceitável. "Eu não tomaria qualquer ação que pudesse comprometer, de qualquer forma, a segurança do povo de Minnesota. Não foi para isso que fui eleito", ele declarou, segundo os jornais *Minnesota Star Tribune*, *Twin Cities* e *U.S. News*.

O governador recorreu a um tribunal de recursos, que anulou a decisão do juiz de primeiro grau. Por isso, o caso será levado, agora, à Suprema Corte — sem garantia, porém, de que o tribunal aceitará julgar o caso. A Suprema Corte recebe milhares de pedidos de julgamento por ano, mas só examina cerca de 75. Para os casos que recusa, prevalece a decisão do tribunal de recursos ou de um tribunal superior estadual.

Date Created



22/05/2017